

CLIENTE: CBH-Doce

VEÍCULO: Radar do Vale

DATA: 21 de julho de 2017

[Leia a reportagem completa](#)

MEIO AMBIENTE

Rio Doce ganha mais uma Rede para monitorar qualidade da água



Por RadarMG  

postado em julho 22, 2017



FOTO: REPRODUÇÃO/TV GAZETA

Equipamentos da primeira fase do programa, que vai integrar o monitoramento das águas da Bacia, áreas estuarinas e costeiras, já foram instalados. Nova rede terá o maior número de pontos e parâmetros medidos do País, em uma bacia hidrográfica, o que vai gerar mais eficiência e aumentar ainda mais a segurança dos resultados.

A Agência Nacional de Águas (ANA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Seama), o Instituto Estadual do Meio Ambiente do Espírito Santo (Iema) e a Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH-ES) apresentam o Programa de Monitoramento Quali-Quantitativo Sistemático de Água e Sedimentos (PMQQS) para a Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Programa integra Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC firmado entre os governos Federal, de Minas Gerais e do Espírito Santo e as empresas Samarco e suas acionistas, Vale e BHP Billiton, após desastre de

O objetivo do Programa é acompanhar a recuperação da Bacia Hidrográfica do rio Doce, zona costeira e estuarina adjacentes e a efetividade das intervenções permanentes realizadas, por meio da avaliação sistemática da qualidade da água e dos sedimentos, devido ao rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), em 5 de novembro de 2015. Para isso, uma nova rede de monitoramento está sendo instalada.

Nesta fase, foram entregues pela Fundação Renova, representante das empresas Samarco, Vale e BHP Billiton, 56 pontos de monitoramento da nova Rede para a bacia do rio Doce, ou seja, entre a barragem de Fundão, no município de Bento Rodrigues, até a Foz do rio Doce, em Regência, distrito de Linhares (Es), sendo 36 pontos em Minas Gerais e 21 no Espírito Santo que começam a operar em agosto. Os custos são de responsabilidade da Fundação Renova: R\$ 4,4 milhões para a instalação e R\$ 2 milhões anuais para operação e manutenção.

Esta semana, os órgãos citados acima, acompanhados do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH Doce, concluíram a vistoria em 22 dos novos pontos de monitoramento da Bacia, que requerem fiscalização por se tratarem de estações automáticas.

Além dos 56 novos pontos de monitoramento na Bacia do rio Doce, outros 36 pontos de monitoramento estão previstos nas zonas estuarinas e costeira e um plano para a divulgação integrada dos resultados das análises das amostras da nova rede, que terão diferentes periodicidades, será formulado por **Grupo Técnico** formado por integrantes de todos os órgãos. O início da divulgação integrada dos **dados** interpretados da nova rede está previsto para novembro.

Desde o rompimento da Barragem de Fundão, o monitoramento da qualidade da água e dos sedimentos na Bacia do Doce tem sido feito, com diferentes ênfases, periodicidade e parâmetros nos rios afetados, pelo Igam em Minas Gerais, pelo Iema no Espírito Santo e pela Fundação Renova. Nas primeiras semanas após o desastre, o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e a Agência Nacional de Águas também realizaram análises de água e sedimentos. Com a nova rede o monitoramento, a coleta, análise e divulgação dos resultados será feita de forma integrada, o que vai gerar mais eficiência e aumentar ainda mais a segurança das análises, já que o Doce será a Bacia com maior número de pontos e parâmetros de qualidade de água monitorados do País.

A bacia hidrográfica

A bacia do rio Doce possui mais de 85 mil quilômetros quadrados, dos quais 86% pertencem a Minas Gerais e o restante ao Espírito Santo. As nascentes do rio Doce encontram-se nas serras mineiras da Mantiqueira e do Espinhaço. Até desaguiarem no Oceano Atlântico, no município capixaba de Linhares, suas águas percorrem 850 Km. A população estimada da Bacia é de 3,3 milhões de habitantes, distribuídos em 229 municípios (203 em Minas Gerais e 26 no Espírito Santo).

Trata-se de uma bacia com importante histórico de atividades econômicas voltadas à extração mineral, com diversas barragens destinadas à deposição de rejeitos de minério e outras utilizadas para geração de energia hidrelétrica. As características de solo e relevo da bacia hidrográfica antes do rompimento da barragem de Fundão já a tornava suscetível à erosão.

Recuperação das áreas afetadas

O rompimento da barragem de Fundão, no subdistrito de Bento Rodrigues, em Mariana (MG), ocorreu no dia 5 e novembro de 2015. Um Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC) firmado em março de 2016 entre União, governos de Minas Gerais e Espírito Santo, prefeituras municipais e a mineradora Samarco (e suas acionistas Vale e BHP Billiton), definiu um conjunto de 41 programas socioambientais e socioeconômicos de recuperação, reparação e investimentos em infraestrutura, entre eles o Programa de Monitoramento Quali-Quantitativo Sistemático de Água e Sedimentos (PMQQS).

Para assegurar a execução dos programas, conforme previsto no Acordo, foi instituída, em agosto de 2016, a Fundação Renova, entidade privada e sem fins lucrativos. A fiscalização do cumprimento do TTAC é feita pelo Comitê Interfederativo, composto por 11 Câmaras Técnicas e coordenado pelo Ibama. Cabe ao CIF a interlocução permanente com a Fundação Renova e a definição de prioridades na implementação e execução dos 41 programas.

O acompanhamento da implementação e da análise dos dados gerados pelo PMQQS serão realizados por Grupo Técnico estabelecido pela Deliberação CIF nº 77/2017, sob coordenação da Agência Nacional de Águas, que também coordena, no âmbito do CIF, a Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água (CT SHQA). Os pontos de monitoramento nas zonas estuárias e costeiras do PMQQS estão sob a coordenação do ICMBio.

Usos e qualidade da água

De acordo com o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos da ANA, as águas do rio Doce são predominantemente utilizadas para abastecimento público, dessedentação animal, irrigação e nos processos produtivos de indústrias e mineradoras. Atualmente estão em vigor 273 interferências com outorgas federais válidas para uso das águas do rio Doce, sendo 140 em Minas Gerais e 133 no Espírito Santo.

As últimas análises enviadas pelos estados mostram que as alterações que ocorreram na Bacia depois da passagem da lama de rejeitos estão de acordo com a geologia do solo local (manganês, ferro e alumínio). Os resultados das análises da água bruta mostram que a água está em condições de receber o tratamento adequado e ficar dentro dos padrões de potabilidade do Ministério da Saúde. Atualmente, o monitoramento periódico da qualidade da água do rio Doce tem sido feito pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), em Minas, pela Agência Nacional de Águas na Bacia e pela Fundação Renova, que envia os dados de suas análises para o Ibama e para o lema analisarem.

De acordo com os dados existentes, a água bruta apresenta-se em condições de ser captada do rio para que seja devidamente tratada de forma que fique dentro dos parâmetros de potabilidade da **Portaria nº 2.914 do Ministério da Saúde**, antes da distribuição pela rede de abastecimento.